

Assembleia Geral - Sexta – 09/07 – às 19h – sede do Sinjufego Eleição de delegados à Reunião Ampliada da Fenajufe do dia 10/07

Em mais uma reunião com a Fenajufe, governo não apresenta proposta de implementação do PCS



A reunião desta quarta-feira [07] do ministro do Planejamento, Paulo Bernardo, com os coordenadores da Fenajufe Ramiro López, Zé Oliveira, Antônio Melquíades [Melqui], Roberto Policarpo [licenciado], Evilásio Dantas e Jacqueline Albuquerque não chegou a qualquer proposta que seja capaz de garantir a aprovação e a conseqüente implementação do PL 6613/09, que revisa o salário dos servidores do Judiciário Federal. No encontro, que também teve a participação do AGU, Luis Lucena Adams, o ministro manteve a posição, já apresentada na semana passada aos representantes dos servidores, de que não pode fechar qualquer acordo orçamentário neste momento e que o assunto deve ser submetido à análise do próximo governo, eleito em outubro.

Ao ser questionado pelos coordenadores da Fenajufe a respeito da falta de uma sinalização concreta sobre um prazo limite para as negociações e quanto à intenção de jogar os debates para depois do processo eleitoral, Paulo Bernardo reafirmou que esse entendimento já teria sido informado ao presidente do STF, ministro Cezar Peluso, e ressaltou a necessidade de um prazo maior para discutir o tema com o

governo federal. Diferente do que disse na reunião da semana passada, Paulo Bernardo disse aos coordenadores da Fenajufe que eles têm que negociar é com o Judiciário e não com ele. “Já informamos ao Peluso que a votação só será após as eleições e depois do aval do próximo governo”, disse. O ministro reconheceu que nada avançou da semana passada até hoje, uma vez que ele não conseguiu retomar esse assunto com o presidente Lula.

Os coordenadores da Fenajufe insistiram que, mesmo se a votação do projeto for “jogada” para depois das eleições, neste momento é preciso uma proposta concreta do governo sobre quais seriam os parâmetros dessas negociações e sugeriram estabelecer como meta de trabalho o final de julho, quando seria apresentada à categoria uma proposta final de implementação do novo PCS. Os dirigentes sindicais, ao rebater a posição intransigente dos dois representantes do governo na rodada de hoje, lembraram que em 2006, quando foi aprovado o atual PCS, também não existia previsão orçamentária, mas o processo de negociação garantiu a finalização de um acordo e o projeto foi sancionado somente depois das eleições, em dezembro de 2006. Eles criticaram o fato de a cúpula do Judiciário “passar a bola para o governo e depois o governo voltar para o Judiciário”, sem firmar qualquer compromisso com os servidores. Paulo Bernardo rejeitou a proposta dos servidores de estabelecer um calendário de negociações até o final de julho e se limitou a dizer que não tem como resolver nada agora. Ele disse que voltará a conversar com o governo.

Durante reunião no início da tarde desta quarta-feira [07] com representantes da Fenajufe o presidente do Tribunal Superior Eleitoral, ministro Ricardo Lewandowski, reafirmou o que já havia dito em reuniões anteriores com os dirigentes sindicais: o Judiciário não aceita rebaixar os valores e os percentuais da tabela e muito menos que a revisão salarial seja por meio de subsídio.

Sinjufego proporá ação dos Quintos para os servidores do TRT filiados não pagam honorários

O Sinjufego proporá ações judiciais individuais perante os Juizados Especiais em favor dos servidores TRT, filiados ao Sinjufego, pleiteando o pagamento das parcelas dos Quintos referentes ao período de janeiro de 1998 a dezembro de 1999, não reconhecidos administrativamente pelo Tribunal e nem pagos por via judicial. Os servidores interessados devem encaminhar os seguintes documentos ao sindicato: cópia da carteira de identidade, do CPF, do último contracheque, de comprovante de endereço recente e certidão emitida pelo Tribunal com o valor do passivo, além da assinatura de procuração. Lembramos que os servidores filiados ao Sinjufego não terão qualquer custo na propositura das ações. Se você ainda não é sindicalizado, filie-se e usufrua dos benefícios oferecidos pela entidade.

Sinjufego solicitará audiência com o Presidente do TRE e com o Diretor do Foro da JF

O Sinjufego irá apresentar ao Presidente do Tribunal Regional Eleitoral de Goiás, desembargador Ney Teles de Paula, e também ao Diretor do Foro da Seção Judiciária Federal em Goiás, Juiz Federal Carlos Augusto Torres Nobre, pautas de reivindicações dos servidores dos referidos órgãos, para que sejam implementadas nas gestões dos novos administradores.

O Presidente do TRE tomou posse no dia 14 de maio e o Diretor do Foro da Justiça Federal no último dia 01 de julho.

O sindicato solicita aos colegas que encaminhem sugestões às pautas em questão, através do e-mail sinjufego@terra.com.br, para serem apresentadas nas audiências.

Filiados não pagam honorários nas ações propostas

Segue abaixo a relação de algumas ações propostas pelo Sinjufego

- > **Mandado de Injunção para Aposentadoria Especial de Servidores Portadores de Necessidades Especiais.**
- > **Em Decorrência da Lei 11.416/2006, Reajustar a VPNI de FC-1 a FC-6 dos servidores do Judiciário, com base no reajuste aplicado aos CJ-1 A CJ-4, com integralização dos 50% a partir de Dezembro de 2008.**
- > **Mandado de Injunção requerendo Aposentadoria Especial para quem exerce atividades sob condições especiais que prejudicam a saúde ou a integridade física, previsto no Art. 40, § 4º, III, CF/88.**
- > **Cobrança de Indenização de Transporte durante férias e outros afastamentos em prol dos Oficiais de Justiça.**
- > **Paridade e integralidade plena aos que se aposentaram por invalidez depois da EC 41/2003.**
- > **Incorporação de quintos e pagamento dos atrasados.**
- > **Afastamento da redução remuneratória dos oficiais de justiça.**
- > **Averbação de tempo de serviço de outro ente federativo.**
- > **Isenção de imposto de renda sobre abono de permanência.**
- > **Aposentadoria especial de agentes e inspetores de segurança.**
- > **Aposentadoria especial de oficial de justiça.**
- > **GAS para os aposentados.**
- > **Isonomia de reajuste entre os padrões de vencimento da lei 10.475/2002.**
- > **Isonomia de FC-4 entre chefes de cartório eleitoral da capital e do interior.**
- > **TRT 18ª Região/Corte Remuneratório/Redução dos quintos/PA 2799/2007.**
- > **Isenção do imposto de renda sobre auxílio pré-escolar/creche.**
- > **Correção da VPNI dos quintos pelo reajuste dos CJ-1 a CJ-4 da lei 11416/06.**
- > **Reajuste de 14,23%.**
- > **incorporação aos vencimentos do percentual (Variação do IPC) de 52,4487% a título de revisão constitucional do período reclamado (Janeiro/1995 à Janeiro/2000); Ou, Ibidem, alternativa e subsidiariamente o percentual de 10,87% nos termos do art. 9º da MP 1053/94.**
- > **Pagamento da vantagem prevista no art. 192 da Lei 8.112/90, juntamente com a dos quintos previsto na Lei 8.911/94, no art. 62 da Lei 8112/90 e na Lei 6.732/79.**
- > **Isenção do imposto de renda sobre o adicional de férias/terço constitucional de férias.**
- > **Revisão geral anual.**
- > **Conversão em pecúnia da licença-prêmio averbada e não usufruída, ou não utilizada para a aposentadoria.**